

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 28 de setembro de 2020



Nesta edição:

- *Comissão Mista da Reforma Tributária recebe setores educacional e digital e cancela sua última audiência pública*

## ***Comissão Mista da Reforma Tributária recebe setores educacional e digital e cancela sua última audiência pública***

A Comissão Mista da Reforma Tributária recebeu em audiência pública, realizada na sexta-feira (25), representantes do setor da educação privada e do setor da economia digital.

Amábilie Pácios, conselheira do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e Elizabeth Guedes, presidente da Associação Nacional das Universidade Particulares (ANUP) e representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), reforçaram a necessidade de alíquota diferenciada para o setor da educação e a isenção do Prouni, que hoje é isento de PIS/Cofins. Caso isso não aconteça, apontaram um aumento significativo do já largo fosso entre os estudantes que acessam o ensino superior público e os que não conseguem. Informaram que, dentro de 102 países membros da OCDE, 65 isentam as entidades educacionais e 20 aplicam alíquotas diferenciadas, entre 0 e 10%.

Miguel Abuhab, engenheiro responsável pelo desenvolvimento do modelo tecnológico para viabilizar a cobrança do IBS, acredita que é possível a implementação de modelo que vincule a nota fiscal eletrônica ao extrato bancário do imposto através do Comitê Gestor. Dessa forma, sugere que, somente após confirmado o recebimento do imposto referente a cada Nota Fiscal, é que será gerado crédito financeiro para o contribuinte.

Edgar Serrano, presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO), defendeu que o norte de uma discussão de reforma tributária deveria ser a desoneração da folha, especialmente quando se leva em conta que o setor de serviços é o grande empregador do país e a tendência é que sua representatividade cresça com o passar do tempo. Em se tratando das propostas em discussão, defendeu a possibilidade de creditamento da folha de salários (emenda 44 apresentada à PEC 45 pelo deputado Alexis Fonteyne - NOVO/SP) e alíquotas diferenciadas para o setor e criticou o prazo de 10 anos de transição proposto na PEC 45, considerado por ele demasiadamente longo.

Sérgio Paulo Gallindo, presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), também defendeu a aprovação da emenda 44. Para a Brasscom, a folha deve ser completamente desonerada, as bases tributárias ampliadas, insumos produtivos (telecom e energia) desonerados, a transição reduzida e garantida a redução da carga tributária para 28% do PIB em 10 anos. Ressaltou ainda que a neutralidade tributária deve ser analisada através das variações de preços nos setores econômicos. Para a total desoneração da folha, Sérgio apresentou duas alternativas: a majoração da alíquota do IBS ou a criação de imposto transitório sobre movimentações financeiras.

Rodrigo Petry, presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.Net), observou que o setor é contra a criação de tributo específico para onerar as empresas da economia digital, uma vez que isso parte da premissa equivocada de que o setor não paga tributos. Além disso, ressaltou que o tema é objeto de intensa discussão no âmbito da OCDE, porém, essa não se aplica ao Brasil uma vez que as grandes empresas da economia digital estão aqui instaladas e pagam IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, ICSS e ICMS.

A última audiência pública da Comissão deveria ter sido realizada hoje, porém, foi cancelada após Governo e líderes partidários não terem chegado a um consenso sobre a segunda fase da Reforma proposta pelo Poder Executivo, que trataria da desoneração da folha de pagamentos, custeada por um imposto sobre transações digitais. Estava prevista a participação de Vanessa Canado, José Tostes, Bernard Appy e Luis Carlos Hauly.

Os trabalhos da Comissão se encerrarão no dia 12/10.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2019/12/informe-legislativo/#informe-legislativo-no-0022020%20>

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**